

O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE EXTENSÃO EMPRESARIAL NEE/FURG

WALTER NUNES OLEIRO*
ANDRÉ DAS NEVES DAMEDA**
FERNANDA GOMES VICTOR***

RESUMO

Conforme pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e a Fundação Universidade de Brasília – FUBRA, no ano de 2004, a maioria das micro e pequenas empresas não sobrevivem mais do que quatro anos. A falta de gerenciamento ou a sua inexistência aparecem como uma das principais causas dessa mortalidade. Entendendo que a contabilidade faz parte natural das organizações nos mais variados interesses, o estudo buscou evidenciar qual a frequência da utilização de informações disponibilizadas pela contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas e a importância dessas informações no processo de tomada de decisão. Através do instrumento questionário, com perguntas abertas e fechadas, foi realizada uma pesquisa que tem como tipologias metodológicas as seguintes: exploratória; levantamento ou *survey* e quantitativa. As empresas pesquisadas fazem parte do Programa de Extensão Empresarial do Núcleo de Extensão Empresarial da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – NEE/FURG. Observou-se, após a análise dos dados, que a maioria das empresas não utilizam as informações contábeis no gerenciamento de suas atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade, Gestão, Informação, Microempresa

ABSTRACT

According to a research made by the Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE and the Fundação Universidade de Brasília – FUBRA in 2004, most of small companies hardly survive four years or so. Problems with administration or the inexistence of it appears among the main causes of such mortality. Understanding that accounting is a natural part of the organizations in the most varied interests, the present study aims at evidencing how frequent the use of information, demonstrated through the accounting in the small companies and the importance of such data in the process of decision-making. Through a questionnaire composed by open and closed questions, it was made a research using the methodologies as follows: exploratory, survey and quantitative. The companies researched are assisted by the program of managerial extension from the Managerial Extension Center of Fundação Universidade Federal do Rio Grande – NEE/FURG. After the data analysis it was noticed that most companies do not use accounting's information on their management activities.

KEYWORDS: Accounting, Management, Information, Small companies.

1 – INTRODUÇÃO

A Pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e a Fundação Universidade de Brasília – FUBRA, no ano de 2004, revelou que a maioria das micro e pequenas empresas não sobrevivem mais do que quatro anos. A falta de gerenciamento ou a sua inexistência aparecem como uma das principais causas dessa mortalidade.

A gestão financeira é um dos grandes problemas enfrentados por micro e pequenos empresários que, na maioria das vezes, praticam preços por intuição, sem conhecerem o custo do negócio. Além disso, não possuem referências para a formação do preço de venda, formulação de estratégias de mercado ou para a tomada de decisão.

Desde a época em que os homens trocavam produtos, com a finalidade de suprir suas necessidades básicas, as mercadorias - objeto de troca, apresentavam valor intrínseco. Segundo Sá (1997, p. 25), apurações de custos, revisões de contas, controles gerenciais de produtividade, orçamentos, tudo isto já era praticado em registros feitos em pranchas de argila, nas civilizações da Suméria e da Babilônia (Mesopotâmia).

Observa-se, na evolução da civilização, a preocupação de registrar tudo que envolvesse algo com valor agregado. Sá (1997) refere-se que até mesmo as *pilhagens* (que eram fontes importantes de riqueza dos Estados), ou seja, os saques que eram feitos nas cidades vencidas e que depois deviam ser objeto de

* Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Professor do DCEAC/FURG, do curso de Ciências Contábeis. Membro da Comissão de Acompanhamento da Área de Ensino Superior do Conselho Regional de Contabilidade do RGS.

** Mestrando em Ciências Contábeis pela UNISINOS. Professor do DCEAC/FURG, do curso de Ciências Contábeis.

*** Mestranda em Ciências Contábeis pela UNISINOS. Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

distribuição pelo Estado, eram devidamente registrados.

Em sua evolução, através do tempo, a Contabilidade destaca-se por sua contribuição singular no controle da riqueza de entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, bem como ferramenta indispensável no desenvolvimento das organizações em todas as partes do mundo.

Nasi (1994, p. 3), destaca a importância da contabilidade como instrumento interno de informação, para a tomada de decisão e o controle da gestão. Ressalta também a necessidade de uma contabilidade fidedigna, incorporada à estrutura empresarial, atuando como a fonte de informações recebidas de diversas áreas da empresa, processando-as, analisando-as e interpretando-as, revestindo-se num grande banco de dados da informação para fins gerenciais.

A participação de micro e pequenas empresas no desenvolvimento social e econômico é cada vez mais significativa, principalmente no que diz respeito a criação de novas empresas e também na geração de emprego e renda. A automação industrial em larga escala, proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico, trouxe aos processos industriais relevante contribuição para sua melhoria e para a qualidade dos produtos. Essa transformação ocorrida de forma acelerada acabou por incrementar o nível de desemprego, forçando a classe produtiva a buscar meios alternativos para suprir essa lacuna. Assim como a tecnologia cresceu no mundo dos negócios, cresceu também a expectativa de muitos desempregados buscarem dentro das suas especializações, um mercado de trabalho próprio, proporcionado pelo chamado empreendedorismo. O sonho de ser patrão de si mesmo ou ter seu próprio negócio incentivou a criação de muitas micro e pequenas empresas, fazendo com que recentes trabalhadores passassem à condição de empresários sem que tivessem a oportunidade de vivenciar o ambiente empresarial com todas as suas adversidades e características, inerentes a qualquer empreendimento.

Entendendo que a contabilidade faz parte natural das organizações nos mais variados interesses, fiscal, societário, gerencial, de gestão ou da sociedade em geral, não se pode admitir que algum segmento empresarial, mais especificamente as micro e pequenas empresas possam prescindir desse instrumento na gerência de seus negócios. Faz-se referência à contabilidade, na ótica de instrumento auxiliar, com informações tempestivas e acuradas, na administração do pequeno negócio e qual a incidência de utilização dessas informações por micro e pequenas empresas.

O presente trabalho buscou evidenciar junto às empresas atendidas pelo Programa de Extensão Empresarial do NEE/FURG, a utilização de informações vitais para o bom gerenciamento das atividades suportadas pelo correto uso da contabilidade e contribuir de maneira efetiva para compreender possíveis causas no gerenciamento de micro e pequenas empresas, determinantes no alto índice de mortalidade.

2 – JUSTIFICATIVA

A pesquisa realizada pelo SEBRAE/FUBRA (2004), demonstrou as principais causas que levam pequenos empreendimentos à morte, evidenciando também, as taxas de mortalidade em empresas constituídas a partir do ano de 2000 até 2002 no Brasil. De acordo com a pesquisa, realizada no primeiro trimestre de 2004, as taxas de mortalidade verificadas para o Brasil, indicam que 49,4% das micro e pequenas empresas fecham suas portas aos 2 anos de existência, 56,4% aos 3 anos e 59,9% com 4 anos. Isto significa que metade das empresas constituídas não sobrevive além dos dois anos de vida.

O empreendedorismo, é sem dúvida, uma alavanca singular para o desenvolvimento sócio-econômico, no qual a micro e pequena empresa tem papel significativo na geração de postos de trabalho. Conforme dados da pesquisa SEBRAE/FUBRA (2004), em termos de Brasil, e considerando o número médio de pessoas ocupadas na empresa extinta de 3,2 pessoas, foi estimado o contingente de trabalhadores que perderam as suas ocupações. Dessa forma, de um total de 772.679 empresas extintas, com até quatro anos da data de constituição, 2,4 milhões de pessoas perderam as suas ocupações, sendo as Regiões Sudeste e Sul as mais afetadas. As principais causas que determinaram o fracasso ou morte de micro e pequenas empresas levantadas pela pesquisa revelou, em primeiro lugar, falhas gerenciais na condução dos negócios seguida de causas econômicas conjunturais e tributação.

No ano de 2001, foi criado o Núcleo de Extensão Empresarial da Fundação Universidade Federal do Rio Grande - NEE/FURG, denominado de Núcleo Portuário Pesqueiro, com a finalidade de executar, nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Chuí, em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa Extensão Empresarial – PEE, desenvolvido pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais - SEDAI. Nesse programa o objetivo geral é a realização de um diagnóstico envolvendo as áreas de Administração Organizacional, Recursos Humanos, Finanças e Custos, Vendas e *Marketing*, Desenvolvimento e Execução do Serviço/Produto e Manufatura, e a implantação de melhorias de acordo com as demandas reveladas pela matriz estratégica de áreas com fraqueza máxima, das micro, pequenas e médias empresas vinculadas ao NEE/FURG.

Do universo das empresas atendidas pelo PEE, foi diagnosticado que a maioria apresentou

dificuldades de gerenciamento no que diz respeito a área de finanças e custos. Observou-se, também, que os gestores desconhecem as informações básicas de seus empreendimentos tais como lucro, rentabilidade, liquidez, formação do custo de seus serviços e produtos e, conseqüentemente, não possuem bases consistentes para a formação do preço de venda.

Por outro lado, a legislação fiscal desobriga as micro e pequenas empresas – MPEs a manterem escrituração contábil, buscando simplificar a burocracia interna, na ótica da redução dos encargos financeiros. Esse benefício fiscal confunde-se com os controles necessários para a manutenção das atividades lucrativas. As MPEs entendem que não precisam prestar contas ao fisco de forma específica. Assim, os gestores acabam por perder o controle sobre os gastos, gerando em alguns casos, oportunismo para o uso alternado da pessoa física (proprietário/sócio) ou a pessoa jurídica (entidade).

Outra dificuldade gerencial das MPEs pode ser caracterizada pela falta de conhecimento das técnicas e ferramentas capazes de auxiliá-las na administração dos negócios e facilitar a tomada de decisão. Alia-se a isto a competitividade do mercado moderno, na qual o concorrente não é mais o vizinho do outro lado da rua, mas a empresa que pode estar em outro continente.

A idéia geral, apresentada por micro e pequenos empresários é de que a sua empresa está imune a qualquer obrigação de ordem fiscal e outras obrigações acessórias, abrindo dessa forma, um grande abismo entre a empresa e o profissional da contabilidade.

3 – METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (1994, p. 43), a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

O delineamento é a forma como um problema é conceituado e disposto em uma estrutura para experimentação, coleta e análise de dados. Para Gil (1994, p.70), o delineamento de pesquisa “ocupa-se precisamente do contraste entre a teoria e os fatos e sua forma é a de uma estratégia ou plano geral que determine as operações necessárias para fazê-lo”. Dessa forma, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória na busca de maiores informações sobre o assunto do uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas.

O instrumento de pesquisa utilizado é um questionário de perguntas abertas e fechadas, no qual trabalhou-se estatisticamente os resultados. A escolha desse instrumento teve embasamento na premissa de que as respostas são colhidas no *check list* aplicado ao gestor da empresa quando da execução do diagnóstico no programa de extensão empresarial. Assim, tem-se uma pesquisa de levantamento ou *survey*, em que se buscou as informações para posteriormente, mediante análise quantitativa, obter-se as conclusões.

Beuren (2003) esclarece que o questionário deve ser claro e limitado em extensão e que sua elaboração exige cuidados na seleção e formulação das questões, com a finalidade de estimular o informante a responder.

Considerando que há uma população definida – empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial do NEE/FURG, a amostragem foi definida por conveniência, uma vez que da população buscou-se 315 empresas, representando o número de empresas com relatórios de diagnósticos elaborados e que para a pesquisa serão classificadas como microempresas e pequenas empresas.

A análise tem por objetivo, conforme Gil (1994, p.166), “organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. A análise foi feita de acordo com os critérios e os indicadores advindos da aplicação estatística aos dados. Para estabelecer as conclusões apresentadas, foi analisado cada argumento individualmente e, posteriormente em conjunto, com o referencial teórico discutido no desenvolvimento do estudo.

4 – O PROGRAMA DE EXTENSÃO EMPRESARIAL

O Programa de Extensão Empresarial foi elaborado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI/RS (2001), com o objetivo de:

- a) incrementar a produtividade e competência sistêmica da cadeia produtiva;
- b) tornar os diversos setores da economia gaúcha mais competitivos em termos de mercado interno e externo;
- c) reduzir a taxa de mortalidade das empresas;
- d) introduzir melhorias técnico-gerenciais e tecnológicas nas empresas;
- e) elevar os níveis de emprego e renda.

O programa consiste na aplicação de um diagnóstico englobando 05 áreas funcionais da empresa: Administração Organizacional, Recursos Humanos, Finanças e Custos, Vendas e *Marketing* e Desenvolvimento e Execução do Serviço/Produto e Manufatura. O objetivo desse diagnóstico é identificar forças ou fraquezas organizacionais que determinem a implementação de melhorias. A partir da proposta de demandas para o aperfeiçoamento ou implementação em áreas carentes reveladas pela matriz estratégica, o empresário, juntamente com o extensionista empresarial, elege aquelas com maior abrangência e factíveis de serem implementadas, de acordo com o cronograma do programa.

Visando atender o maior número possível de micro e pequenas empresas no Estado do Rio Grande do Sul, o programa previu a instalação de 22 Núcleos de Extensão Empresarial Regionais, nas 22 regiões do Estado e mais 05 Núcleos setoriais, nos quais se inclui o NEE/FURG. Alicerçado nos pressupostos de valorização e reforço da matriz econômica pré-existente, considerando ainda os fatores econômicos sociais, culturais e territoriais do Rio Grande do Sul, o programa busca, através de parcerias com Universidades, solidificar a extensão universitária. Consideradas como instituições capacitadas à transferência de tecnologia às empresas, as 20 Universidades conveniadas passam a exercer o papel de executoras do programa, com Núcleos especificamente constituídos para tal fim, aos quais compete todo o processo, desde a captação de empresas até o relatório de satisfação.

5 – A MICRO E PEQUENA EMPRESA

O entendimento de micro e pequena empresa deve ser tratado sobre três aspectos metodológicos visando, à perfeita interpretação dos dados apresentados neste estudo.

Inicialmente, há o enquadramento de empresas, conforme estabelecido pela Lei 7.256 - Estatuto da Microempresa, datada de 27 de novembro de 1984, alterada em 1994 pela Lei 8.864/94, estabelecendo o denominado Novo Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

A inovação ficou por conta da introdução de um novo enquadramento de empresas, denominado Empresas de Pequeno Porte – EPP.

A Lei 9.841, de 05 de outubro de 1999, instituiu o atual Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição (1988), e revogou as leis anteriores que tratavam do assunto.

Para efeito de enquadramento de micro e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido pela Lei 9.841/99, o referencial é a receita bruta anual, cujos limites foram alterados em 01 de abril de 2005, pela Lei 5.028, conforme Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 – Limites da receita bruta anual para efeito de enquadramento

	Lei 9.841(5/10/99) Art 2º. I, II	Lei 5.028(1/04/05) Art.1º. I, II
Microempresa	I – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00	I - receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14
Empresa de Pequeno Porte	II - superior a R\$ 244.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00	II - superior a 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00

Fonte: Oleiro, Victor (2005)

Outro instrumento legal para definição de microempresa e empresas de pequeno porte é o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei do SIMPLES. Por esta legislação, são consideradas microempresas aquelas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Ressalta-se que a definição de microempresa e empresas de pequeno porte, reguladas pelo Estatuto e pela Lei do SIMPLES, não é coincidente e tampouco complementar. A primeira trata do ordenamento jurídico, previsto na Constituição Federal, enquanto a segunda contempla o tratamento tributário diferenciado.

Toigo (2003) apresenta uma análise comparativa entre as duas legislações, evidenciando de forma detalhada e exaustiva dos pontos convergentes e divergentes. Destaca-se que com referência a escrituração contábil, o Estatuto da Microempresa não faz menção de qualquer dispensa da escrituração contábil de acordo com a legislação comercial. Por outro lado, a Lei do SIMPLES determina que as microempresas e empresas de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial para fins fiscais, desde que mantenham em boa ordem e guarda, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;

b) Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano calendário;

No terceiro aspecto metodológico para o enquadramento de micro e pequena empresa, o Programa de Extensão Empresarial segue a mesma linha utilizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, na qual define o número de funcionários como referencial de classificação.

QUADRO 2 – A classificação das empresas obedecerá ao seguinte critério: (n.º empregados).

	Micro	Pequena	Média
<i>Indústria</i>	Até 19	Entre 20 e 99	Entre 100 e 200
Comércio e Serviços	Até 9	Entre 10 e 49.	Entre 50 e 249

Fonte: Manual de trabalho e avaliação-SEDAI (2001)

Dessa forma, as empresas pesquisadas no presente estudo, embora enquadradas pelo SIMPLES em micro ou empresa de pequeno porte foram classificadas, para efeito dos resultados apresentados, conforme a metodologia aplicada pelo Programa de Extensão Empresarial, que considera o número de empregados como critério de classificação.

6 – A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

Nasi (1994, p. 6) refere-se à contabilidade como um banco de dados, no processamento das informações para fins gerenciais. Defende que a contabilidade tem como objetivos, nesse processo, registrar as operações realizadas pela empresa, seguidas da informação sobre as posições patrimoniais, financeiras e econômicas, combinadas com outros fatores que facilitem a avaliação dos fatos e a tomada de decisão. Destaca-se como um dos objetivos o de projetar resultados futuros, preparar fluxos financeiros e criar cenários face às diversas alternativas pelas quais a empresa pode optar.

Camargo (2003, p. 53) defende a necessidade da manutenção da escrituração por pequeno empresário, considerando numa demonstração clara da falta de conhecimento das finalidades da contabilidade por aqueles que preconizam a dispensa das micro e pequenas empresas da escrituração comercial. Cita, ainda: “a contabilidade é a história, a memória, o arquivo da entidade. Logo não deve e não pode ser eliminada”.

Em trabalho apresentado na XXIV Conferência Interamericana de Contabilidade em 2001, Bordin e Gatti apresentam com muita propriedade, a carga tributária de micro e pequenas empresas, revelando sob todos os aspectos os mais variados encargos incidentes sobre a entidade organizada. A esse respeito destacam:

As pequenas e médias empresas, uma vez organizadas operacional e administrativamente, mais do que nunca irão necessitar de uma contabilidade também organizada e preparada com observância as normas e técnicas contábeis, para atender a necessidade de obtenção de informações úteis e confiáveis, como ferramenta gerencial e de orientação na estratégia e tomada de decisão por parte da administração. (BORDIN e GATTI, 2001, p.15).

É consensual entre os estudiosos da ciência contábil, a importância da informação contábil para a gestão das entidades, sejam com ou sem fins lucrativos, micro, pequenas, médias ou grandes ou sob que forma jurídica se estabelecem.

Para Iudícibus e Marion (1999) a todo instante estamos tomando decisões que podem ser importantíssimas ou não, e nas organizações não é diferente. O micro e pequeno empresário vê-se constantemente obrigado a tomar decisões, quase todas vitais para o sucesso do negócio. Essas decisões devem ser suportadas por informações corretas que tem na Contabilidade, o grande instrumento de auxílio.

Iudícibus e Marion (1999), com relação ao potencial da contabilidade, esclarecem ainda:

Observamos com freqüência que várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos etc., fatores estes que sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo ao fundo de nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender as exigências fiscais (IUDÍCIBUS e MARION, 1999, p. 19-20).

7 – O PROBLEMA DA LEGISLAÇÃO

Nossa Carta Magna prevê, com muita consistência, uma série de compromissos entre direitos e deveres individuais e coletivos bem como dos direitos sociais, além de, especificamente, fazer referência,

dentro dos princípios gerais da atividade econômica, ao tratamento diferenciado às pequenas empresas – art. 170, e simplificação de suas obrigações acessórias, previstas no art. 179.

Entretanto, o que existe na prática é um verdadeiro labirinto legal, no qual os interesses menores se sobrepõem a essência do verdadeiro sentido de deveres e obrigações. O descompasso de todas as ordens, social, cultural, econômica e, principalmente, a financeira, trazem à tona, um derrame de leis, elaboradas ou aprovadas conforme as necessidades mais urgentes.

Dentro desse quadro, coloca-se o micro empresário entre o mar e o rochedo, pois se de um lado os benefícios legais o desobriga de cumprir determinadas exigências comuns aos demais, de outro lado lhes é cobrado aquilo que as microempresas não têm.

De acordo com Ludícibus, Martins e Gelbcke (2000), o estudo e os registros das variações patrimoniais de uma entidade não podem ser confundidos com as da pessoa física dos sócios ou cotistas. Para captar a essência operacional é preciso, além do estudo cuidadoso do processo interno de produção, o entendimento do ambiente de atuação das entidades. Entende-se aqui que a empresa, ao adquirir personalidade jurídica, assume um compromisso social que vai além da obediência fiscal. Assim, ela passa a interagir com pessoas, tanto no relacionamento com seus funcionários, como também com a sociedade em geral.

O regime tributário – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, determina que as pessoas jurídicas beneficiadas por este instrumento legal procedam à escrituração de, no mínimo, os livros Caixa e Registro de Inventário. Observa-se que a legislação estabelece um mínimo, deixando de explicitar a desobrigação do máximo. Cabe ressaltar que esse ordenamento legal tem efeito tão somente quanto à tributação dos impostos federais, devendo ainda ser observadas situações referentes às vedações de enquadramento que não sejam o limite de receita bruta.

Podemos concluir que a legislação proporciona um desinteresse natural pela formalização de um sistema contábil eficiente e capaz de proporcionar ao gestor da entidade, informações úteis para o gerenciamento das atividades. Assim, é pacífico estabelecer a relação entidade x profissional da contabilidade, pois para o micro empresário, o contabilista é tão somente o bombeiro, ou seja, o apagador do fogo.

Com rótulo de empresa simplificada, a microempresa, por necessidade ou por outros motivos, entende não precisar do contabilista, esquecendo ou fazendo de conta que não sabe de suas outras obrigações perante a sociedade, empregados, clientes, fornecedores e demais interessados. Além disso, outras legislações prevêm obrigações acessórias como é o caso do regulamento do custeio da previdência social.

8 – OS DESAFIOS PARA A GESTÃO DE MICROEMPRESAS

Para que obtenha bons resultados, nos dias de hoje, a pequena e média empresa terá de fazer valer a idéia de que é um organismo vivo, que age, interage, cria, coopera, compete e muda para se manter vivo (RAUPP, 2002. p. 18). É certo que as microempresas ou pequenas estão inseridas num processo de queda de barreiras sem perceberem qual o seu verdadeiro papel nesse processo.

Os avanços tecnológicos, aliados com a capacidade de difusão de novas técnicas produtivas, surgem a todo instante e em qualquer lugar. Com isso, a utilização de vantagens competitivas e ferramentas estratégicas de gestão suplantará as administrações que mantiverem-se presas a conceitos ultrapassados.

Para a sobrevivência de seus empreendimentos, os microempresários precisam pensar e agir com objetivos definidos, buscando a prosperidade, mesmo que isto os conduza para uma média ou grande empresa. Se assim for, todos ganham; do contrário, a microempresa será mais uma na estatística da mortalidade.

9 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

A freqüência no uso de informações geradas pelo sistema contábil, nas empresas pesquisadas, é baixa. Dos itens pesquisados, nenhum obteve percentual de utilização superior a 50%.

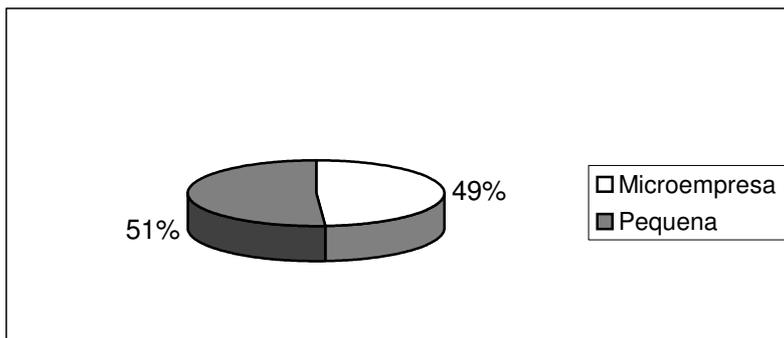
A Tabela 1 evidencia que 68,5% das empresas possuem mais de 5 anos de atividades, sendo que a pequena empresa apresenta um percentual de 74,3% contra 67,3% de microempresas. A pergunta 14 do questionário (Apêndice 1) revelou que as pequenas empresas, representando 17% do total pesquisado, apresentam maior volume na geração de postos de trabalho, comparada com as microempresas, 83%. O Gráfico 1 mostra a proximidade dos quantitativos de colaboradores, 49%, nas micro e 51% nas pequenas empresas.

TABELA 1 – Idade das empresas

	Microempresa		Pequena		total	
	freq.	%	freq.	%	freq.	%
Menos de um ano	2	1,2%	0	0,0%	2	1,0%
De um a dois anos	10	6,2%	1	2,9%	11	5,6%
De dois a três anos	11	6,8%	0	0,0%	11	5,6%
De três a quatro anos	15	9,3%	3	8,6%	18	9,1%
De quatro a cinco anos	15	9,3%	5	14,3%	20	10,2%
Mais de cinco anos	109	67,3%	26	74,3%	135	68,5%
Total	162	100,0%	35	100%	197	100,0%

Fonte: Oleiro, Victor (2005)

GRÁFICO 1 – Colaboradores por classificação



O Balancete mensal, demonstrando a movimentação das principais contas da entidade, não é utilizado por 67% das empresas. Na microempresa, 72% (Gráfico 2) desconhecem esse demonstrativo que representa a saúde econômico-financeira de forma genérica, mas que pode revelar informações básicas para o acompanhamento dos itens mais dinâmicos, como as receitas e despesas/custos.

GRÁFICO 2 – Utilização de balancetes

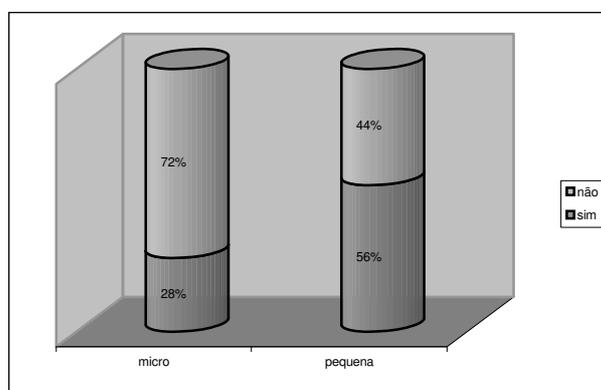
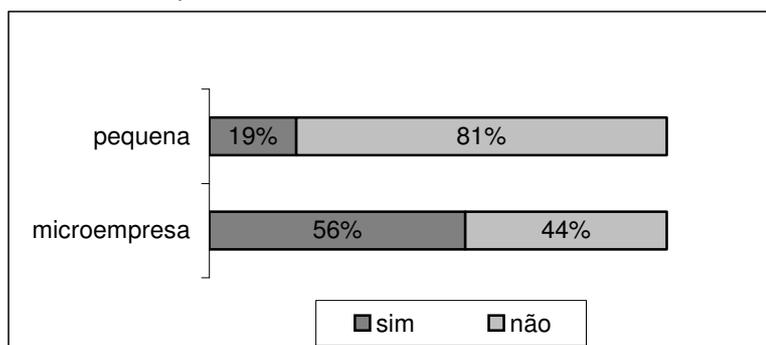


GRÁFICO 3 – Controle permanente do patrimônio



O patrimônio é normalmente representado, nas microempresas, pelo investimento em instalações, máquinas e equipamentos necessários à manutenção das atividades. Esses ativos possuem vida útil limitada, com maior ou menor duração. Entretanto, todos, necessariamente, deverão ser substituídos ao longo de sua utilização, dependendo dos fatores aos quais serão expostos. Sobre o controle do patrimônio, o Gráfico 3 revela que 75% das empresas não possuem controle efetivo sobre o seu patrimônio, destacando-se a microempresa com o percentual de 81%.

GRÁFICO 4 – Rentabilidade

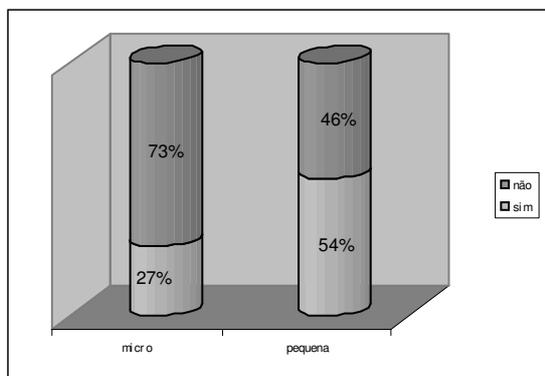
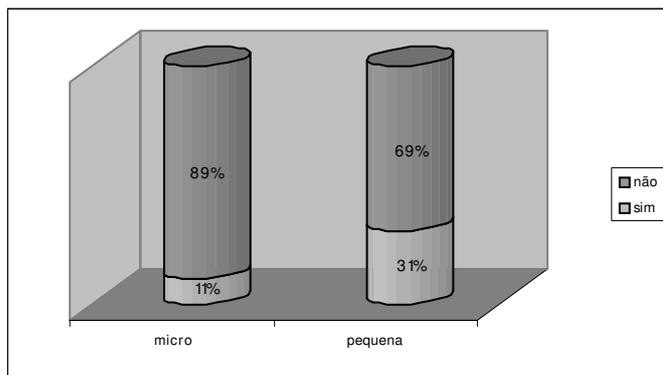


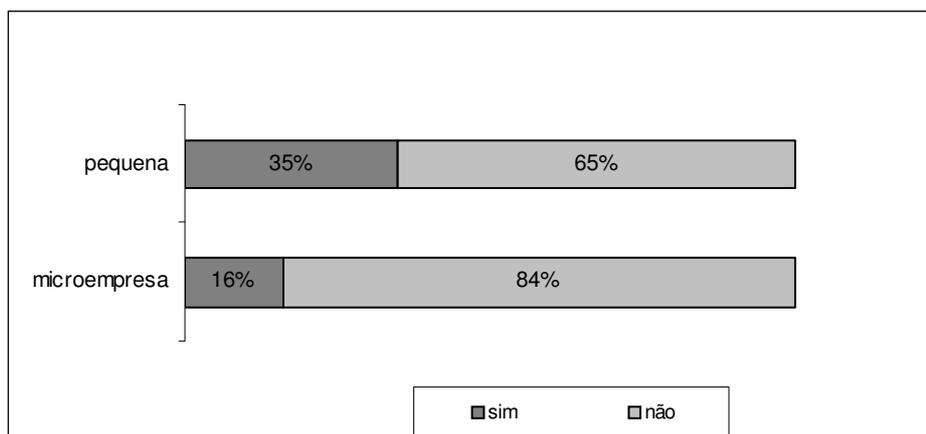
GRÁFICO 5 – Análise de liquidez



A rentabilidade é um indicador valioso para que o administrador possa projetar a estratégia de atividades bem como definir a competitividade na qual a empresa possa alterar seus volumes de vendas, com base nas transações antecedentes. A pesquisa aponta que 86% das empresas pesquisadas desconhecem a rentabilidade de seu negócio, mantendo-se a microempresa com o maior percentual 89% e a pequena com 69% (Gráfico 4). Mais da metade, 63%, dessas empresas, desconhecem o quanto a atividade está retornando em forma de lucro.

O gráfico 5 evidencia que grande parte das microempresas, 73%, desconhecem a liquidez, enquanto que na pequena empresa esse percentual é bem menor 46%.

GRÁFICO 6 – Conhecimento da margem de lucro de produtos/serviços



O percentual de 84% computados às microempresas mostrando o desconhecimento da margem de lucro de seus produtos/serviços, demonstra bem a fragilidade com que convivem esses empresários. O Gráfico 6 demonstra que boa parte das empresas pesquisadas não tem o domínio dos custos empresariais e aliada ao fato de que também não utilizam planilha ou algum mapa de custos, conforme respostas a pergunta 7 do questionário (Apêndice 1), das quais 72% não utilizam nenhum instrumento para mensuração do custo.

GRÁFICO 7 – Separação de custos e Despesas

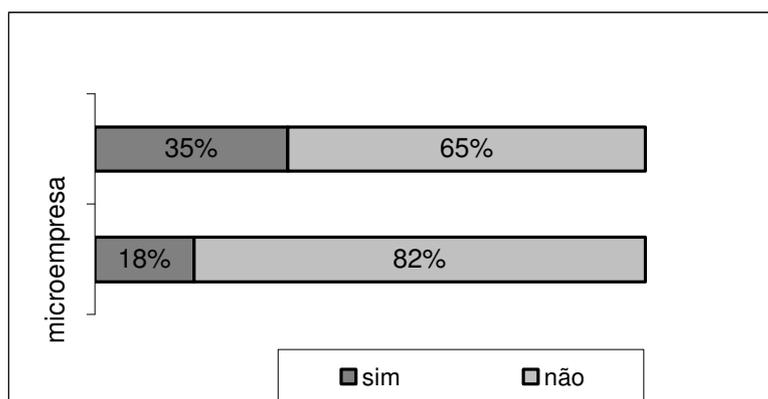
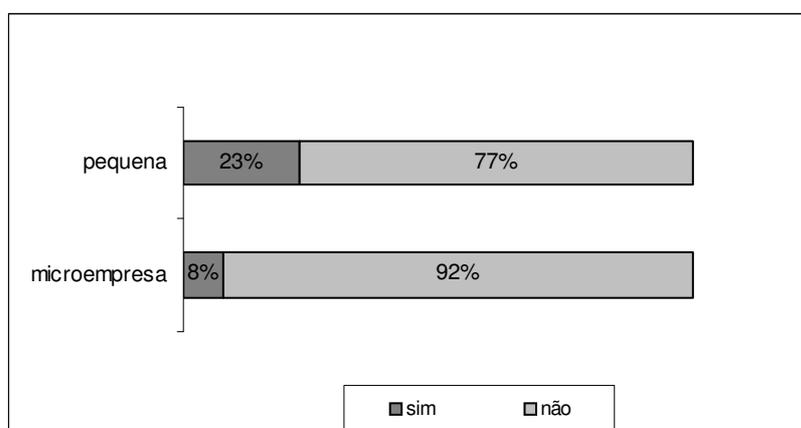


GRÁFICO 8 – Utilização de fatores econômicos na formação do custo



Ainda com relação aos custos questões 9, 10 e 11 do questionário, observa-se que o percentual total de respostas negativas é elevado 79%, 74% e 90% respectivamente. Salienta-se que nesses itens mesmo as pequenas empresas revelam maior carência de mensuração, conforme gráfico 7. Ressalta-se, também, a desconsideração dos fatores econômicos na formação do custo, representando 90% das empresas pesquisadas, com ênfase às microempresas, cujo percentual é de 92% para o desconhecimento dos fatores econômicos na formação do custo (Gráfico 8).

A última pergunta refere-se ao controle de estoque e revelou o menor percentual para a resposta negativa entre todas as perguntas da pesquisa. Mais da metade das empresas 61%, não controla seus estoques, 34% responderam que sim, efetuam o controle de estoques e 5% não responderam.

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário econômico, as MPEs são importantes não somente pelo grande número de empresas existentes desse conjunto, mas também pelo seu grande potencial de geração de empregos. Segundo os dados mais recentes do SEBRAE, o número de empresas formalizadas no Brasil é de aproximadamente 4.918.370, sendo que o conjunto de micro e pequenas empresas representa cerca de 99,2% do total e emprega aproximadamente 57,2% das pessoas ocupadas nas empresas formais no país. Entretanto, o fechamento prematuro de MPEs causa diminuição na arrecadação tributária e a extinção de inúmeros postos de trabalho.

No Rio Grande do Sul constata-se que mais de 90% das empresas registradas na Junta Comercial são MPEs, e que desse universo mais de 95% são atendidas pelo Programa de Extensão Empresarial.

Segundo a pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004), analisando as razões do fechamento das empresas e comparando-as com os fatores de sucesso mencionados com maior frequência, observa-se que o fator que ameaça a sobrevivência da empresa é a falta de dados consistentes para a tomada de decisão, desde a escolha do negócio a ser empreendido, até a forma de financiamento das operações, política de

vendas, estratégia de compras e estrutura de produção. Nesse sentido, a contabilidade financeira/gerencial mostra-se indispensável, pois para a tomada de decisão o empresário necessita de informações que somente ela pode oferecer.

Existe um esforço conjunto no sentido de dar ao pequeno empreendimento condições desejáveis para a sua permanência em atividade. Observa-se que há uma preocupação por parte dos órgãos profissionais da contabilidade em evidenciar que a contabilidade é o instrumento adequado para suprir o gestor de MPEs com informações fidedignas para correta tomada de decisão.

A não utilização da contabilidade na gestão dos negócios por micro e pequenos empresários contrapõem-se aos objetivos promovidos por um sistema contábil formal, que prevê suprir a administração com informações tempestivas para a manutenção de suas atividades.

Cientes de que o assunto carece de estudos mais aprofundados, espera-se que esse trabalho possa servir de ignição ao debate, no sentido de buscar o ponto de equilíbrio entre aquilo que o mercado necessita e a prestação de um serviço fundamentado na ética, na competência e na obediência às diretrizes emanadas dos órgãos diretivos e legislação aplicável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEUREN, I. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade** – teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- BORDIN, A. GATTI, I. Regime especial de tributação para as micro, pequenas e médias empresas. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RS**. Porto Alegre, n. 107, dez. 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- BRASIL. Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, Institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999. Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição (1988) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 out. 1999.
- BRASIL. Decreto nº 5.028, de 31 de março de 2005. Altera os valores dos limites fixados nos incisos I e II do art. 2º da Lei 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, 01 abr. 2005.
- CAMARGO, Y. As entidades sem finalidade de lucro. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RS**. Porto Alegre, n. 111, fev. 2003.
- FATORES condicionantes da mortalidade de empresas no Brasil. **Serviço Brasileiro De Apoio Às Micro E Pequenas Empresas - SEBRAE**. [Brasília]: 2004. Disponível em <<http://www.SEBRAE.org.br>>. Acesso em: 06 abr. 2004.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Núcleo de Extensão Empresarial Portuário/Pesqueiro. **Relatório de atividades 2002**. Rio Grande: 2003.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Núcleo de Extensão Empresarial Portuário/Pesqueiro. **Relatório de atividades 2003**. Rio Grande: 2003.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Núcleo de Extensão Empresarial Portuário/Pesqueiro. **Relatório de atividades 2004**. Rio Grande: 2003.
- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- IUDÍCIBUS, S., MARION, J. **Curso de contabilidade para não contadores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E., GELBECKE, E. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- MARION, J. **O ensino da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.
- NASI, A. A contabilidade como instrumento de informação, decisão e controle de gestão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RS**, Porto Alegre, n.77, abr./jun. 1994.
- NETO, P(coord.), et. al. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 5. ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2002.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Estado do RS. Documentos Técnicos. **Programa de Extensão Empresarial**. Manual de Trabalho e Avaliação. Porto Alegre, v I., 2001.
- SÁ, A. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- TOIGO, R. Análise Comparativa entre o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e a Lei do SIMPLES. In: **Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, 2003, Gramado. **Anais da IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Gramado: 2003. CD-ROM.

APÊNDICE A – Questionário aplicado

	Sim	Não
1. Existe demonstrativo mensal de receita e despesa – Balancete ?	()	()
2. É efetuado controle permanente do patrimônio ?	()	()
3. A empresa conhece a rentabilidade do seu negócio ?	()	()
4. É apurado o lucro ?	()	()
5. É efetuado algum tipo de análise relativa a liquidez da empresa ?	()	()
6. A empresa conhece a margem de lucro dos produtos e/ou serviços ?	()	()
7. É utilizada planilha ou mapa de custos ?	()	()
8. O preço de venda é definido com base nos custos incorridos ?	()	()
9. É transparente para a empresa a separação dos custos e despesas	()	()
10. A empresa consegue diferenciar os custos fixos e variáveis incorridos ?	()	()
11. A empresa considera itens econômicos (depreciação /amortização/ exaustão) na formação do custo de produtos e/ou serviços ?	()	()
12. Os estoques são controlados ?	()	()
13. Data de constituição		
14. Quantidade de colaboradores		

